

A VIDA DE MULHERES NEGRAS ENCARCERADAS.



reflexões e
seqüências didáticas
para a
Formação Docente

MARIA AUXILIADORA MAUÉS
DE LIMA ARAÚJO



Universidade do Estado do Pará

Reitor
Vice-Reitora
Pró-Reitora de Graduação
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitor de Extensão
Diretor do CCSE

Clay Anderson Nunes Chagas
Ilma Pastana Ferreira
Acylena Coelho Costa
Luanna de Melo Pereira Fernandes
Higson Rodrigues Coelho
Frederico Bicalho

Conselho Editorial

Profa. Dra. Aline Vieira de Albuquerque - SESC DN
Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes – UFPA
Profa. Dra. Marcela Cristiane Ferreira Rêgo – UEPA
Prof. Dr. Raimundo Santos de Castro – IFMA
Prof. Dr. Ronaldo Barros Ripardo – UNIFESSPA
Prof. Dr. Saulo Furletti - IFMG

Projeto Gráfico e Diagramação

Emerson Batista Gomes

DOI: [10.5281/zenodo.20097552](https://doi.org/10.5281/zenodo.20097552)

Revisão Gramatical e Ortográfica

Manoel Fonseca

Revisão Técnica

1a Aiala Colares Oliveira Couto
2a Ronilson Freitas de Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Araújo, Maria Auxiliadora Maués de Lima
A vida de mulheres negras encarceradas [livro eletrônico] : reflexões e sequências didáticas para a formação docente / Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo. -- 1. ed. -- Belém, PA : Instituto Mãe Crioula, 2025.

PDF

ISBN 978-65-82807-00-8

1. Cárcere privado 2. Direitos humanos
3. Educação inclusiva 4. Mulheres negras
5. Problemas sociais 6. Prisão - Brasil
7. Sociologia educacional I. Título.

26-357241.0

CDD=363.43098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Cárceres : Problemas sociais
363.43098161

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.



Sobre a autora

Maria Auxiliadora Maués de Lima Araújo

Doutora em Educação (UFPA), Professora Adjunta do Departamento de Educação Geral da Universidade do Estado do Pará (UEPA), membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação e do Observatório de Gestão Escolar (OBSERVE/UFPA). Técnica em Assuntos Educacionais e Diretora da E.E.E.M. Frei Miguel de Bulhões (SEDUC-PA), Membro da Comissão de Direitos Humanos (CDH/OAB-PA), ocupante da cadeira de nº 4 da Academia de Letras do Brasil/ALB-SMG/ São Miguel do Guamá e Primeira Secretária Geral, e Membro do Conselho Municipal da Mulher (SMG). Foi Vice Diretora Regional ANPAE/NORTE (2017/2019).

E-mail: auxiliadoramaues@uepa.br

ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5874968574354771>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0760-7070>



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Tipo de Produto: Guia didático-metodológico com seqüências formativas

Nome do produto: A Vida de Mulheres Negras Encarceradas: reflexões e seqüências didáticas para a Formação Docente / The Lives of Incarcerated Black Women: Reflections and Didactic Sequences for Teacher Education.

Origem do Produto: Pesquisa bibliográfica desenvolvida no âmbito de estudos sobre políticas educacionais e direitos humanos relacionados à educação carcerária no Brasil.

Público-alvo: Professores, pedagogos, gestores educacionais, pesquisadores da área de educação, profissionais do sistema penitenciário e estudantes de licenciatura interessados em educação em contextos de privação de liberdade.

Finalidade: Subsidiar a compreensão dos fundamentos teóricos, legais e sociais da educação carcerária no Brasil, especialmente no Estado do Pará, contribuindo para a formação crítica de educadores e gestores envolvidos com práticas educativas em ambientes prisionais.

Nível de Ensino a que se destina o produto: Ensino Superior e formação continuada de profissionais da educação.

Caráter inovador do PE: Médio teor inovador — o produto sistematiza e articula conhecimentos já estabelecidos na literatura acadêmica, apresentando-os de forma organizada e direcionada à formação educacional e reflexão crítica sobre a educação carcerária.

Setor da Sociedade beneficiado pelo impacto: Educação.

Cidade/País: Belém/Brasil.

Ano: 2025.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA.....	17
4. AVALIAÇÃO.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7. REFERÊNCIAS	32



1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho foi concebido como desdobramento de uma investigação acadêmica que analisou a educação no cárcere como prática de ressignificação da vida de mulheres negras privadas de liberdade, articulando dimensões jurídicas, sociais, pedagógicas e formativas.

A centralidade da proposta reside na compreensão de que o sistema prisional brasileiro não pode ser analisado apenas como espaço de cumprimento de pena, mas como território de disputas simbólicas, materiais e formativas.

Este Produto Educacional se configura, portanto, como um dispositivo formativo voltado à compreensão crítica da educação no cárcere feminino, tomando como eixo estruturante a intersecção entre educação, direitos humanos e desigualdades estruturais. Sua proposição ultrapassa a dimensão instrumental da escolarização e se alicerça na compreensão do cárcere como espaço de produção e reprodução de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

A literatura recente evidencia que o encarceramento feminino no Brasil não pode ser analisado de forma isolada, mas como expressão de processos históricos de marginalização. Estudos como os de Rodrigues e Barbai (2025) indicam que

aproximadamente dois terços da população carcerária feminina é composta por mulheres negras, revelando a centralidade do racismo estrutural nesse fenômeno. Esse dado, longe de ser meramente estatístico, explica a seletividade penal e a produção social da criminalização.

Tal realidade se articula com outros indicadores de violência estrutural. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres, 2018), aproximadamente 62% a 68% das mulheres encarceradas no Brasil são negras, enquanto dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que 62,6% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras, evidenciando que o controle e a violência sobre esses corpos não se restringem ao sistema prisional, mas atravessam toda sua organização social (FBSP, 2025). Assim, o cárcere deve ser compreendido como continuidade – e não exceção – das dinâmicas de exclusão da sociedade.

Nesse contexto, a educação no cárcere emerge como prática tensionadora da lógica punitivista. Contudo, sua implementação ainda ocorre de forma fragmentada, desarticulada das trajetórias de vida das mulheres e frequentemente dissociada de uma perspectiva interseccional. Torna-se, portanto, imperativo propor uma abordagem pedagógica que incorpore:

- ✓ Historicidade das desigualdades;
- ✓ Reconhecimento das identidades;
- ✓ Valorização dos saberes experienciados;
- ✓ Reconstrução dos projetos de vida.

Este Produto Educacional, portanto, não se limita a propor atividades, mas busca constituir um *dispositivo formativo*, no sentido foucaultiano do termo, capaz de reorganizar práticas, discursos e intencionalidades pedagógicas. Assume, assim, um compromisso ético-político com uma educação crítica, antirracista e emancipatória, concebida como prática de ressignificação da existência.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação como prática de liberdade

A problemática da educação no cárcere deve ser compreendida a partir de uma contradição estrutural: embora o sistema penal brasileiro se fundamente juridicamente na ressocialização, sua materialidade concreta produz exclusão, estigmatização e reprodução de desigualdades.

O termo ressocialização, amplamente difundido no discurso jurídico-penal, demanda problematização. Na perspectiva da criminologia crítica, tal conceito parte do pressuposto de que o indivíduo privado de liberdade precisa ser reintegrado a uma ordem social previamente legítima, desconsiderando que essa mesma ordem é responsável pela produção das desigualdades que atravessam sua trajetórias. Como aponta Davis (2018), o sistema prisional não atua como mecanismo de correção social, mas como instrumento de gestão da pobreza do racismo estrutural. Nesse sentido, mais do que ressocializar, torna-se necessário pensar em processos de reinserção social crítica, que reconheçam as condições históricas e estruturais que produziram o encarceramento. Tal deslocamento conceitual implica compreender que a educação no cárcere não deve adaptar o sujeito à ordem vigente, mas possibilitar

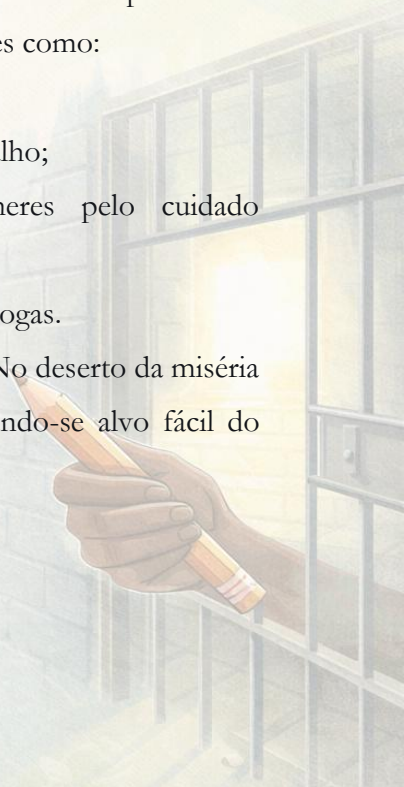
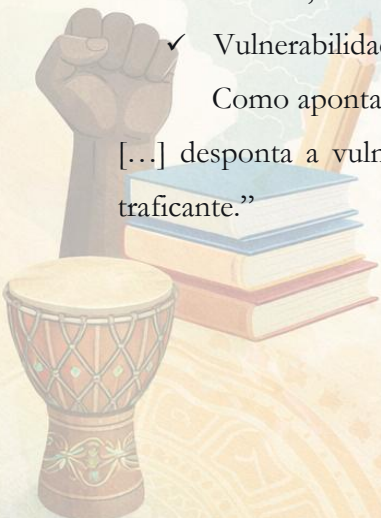
a leitura crítica dessa ordem e a construção de alternativas de existência.

Mirabete (2008, p. 89) explicita essa contradição ao afirmar que o sistema “envia condenados para penitenciárias [...] já sabendo que, ao retornar à sociedade, esse indivíduo estará mais despreparado”. Tal afirmação revela que o cárcere, longe de promover reintegração, frequentemente intensifica processos de marginalização.

No caso das mulheres, essa contradição assume contornos ainda mais complexos. O crescimento de 567% da população carcerária feminina entre 2000 e 2014 não pode ser interpretado de forma isolada, mas deve ser articulado a fatores como:

- ✓ Feminização da pobreza;
- ✓ Inserção precária no mercado de trabalho;
- ✓ Responsabilização social das mulheres pelo cuidado familiar;
- ✓ Vulnerabilidade frente ao tráfico de drogas.

Como aponta Moraes (2013, p. 28), “No deserto da miséria [...] desponta a vulnerabilidade social, tornando-se alvo fácil do traficante.”



Essa leitura desloca a análise do plano moral para o plano estrutural, permitindo compreender o encarceramento feminino como fenômeno socialmente produzido.

Diante desse cenário, a educação no cárcere precisa ser reconcebida como prática:

- ✓ Crítica;
- ✓ Contextualizada;
- ✓ Emancipatória;
- ✓ Interseccional.

Desse modo, a pedagogia freireana constitui o eixo central deste Produto Educacional. Ao compreender a educação como prática de liberdade, Freire rompe com a concepção bancária e propõe uma educação dialógica, problematizadora e transformadora.

Nessa perspectiva, Freire (1996, p. 47) afirma que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção.” Embora a pedagogia freireana ofereça um horizonte potente para pensar a educação como prática de liberdade, sua aplicação no contexto prisional exige tensionamentos específicos. Isso porque o cárcere se configura como um espaço de controle, vigilância e disciplinamento, no qual a autonomia do sujeito é estruturalmente limitada.

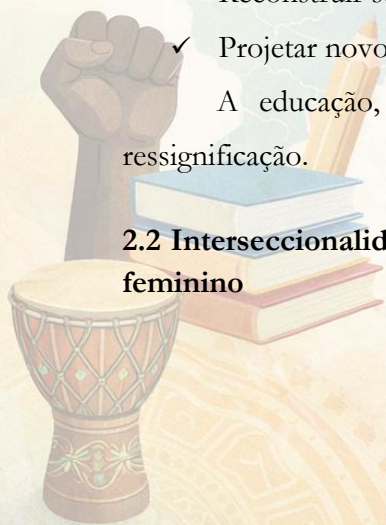
Nesse sentido, dialogar com autores como Hooks (2013), Giroux (1988) e Davis (2018) possibilita ampliar essa reflexão, ao situar a educação como prática de resistência em contextos de opressão. Para Hooks, ensinar é um ato de transgressão; para Giroux, trata-se de uma prática cultural de disputa; e para Davis, a prisão integra um complexo sistema de controle social que ultrapassa a dimensão penal. Assim, a educação no cárcere não pode ser pensada apenas como prática libertadora em abstrato, mas como ação pedagógica situada em um campo de forças contraditório, no qual ensinar implica, simultaneamente, resistir, disputar sentidos e produzir fissuras em estruturas historicamente consolidadas.

No contexto prisional, essas considerações adquirem densidade específica. O sujeito encarcerado não necessita apenas de conteúdos, mas de condições para:

- ✓ Reinterpretar sua trajetória;
- ✓ Reconstruir sua identidade;
- ✓ Projetar novos futuros.

A educação, nesse sentido, atua como dispositivo de resignificação.

2.2 Interseccionalidade, racismo estrutural e encarceramento feminino



A interseccionalidade, conforme sistematizada por Crenshaw (1989) e aprofundada no contexto brasileiro por Akotirene (2019), não se reduz à mera sobreposição de marcadores sociais, como raça, gênero e classe. Trata-se de um dispositivo analítico que possibilita compreender a co-produção estrutural das opressões, isto é, a forma como essas categorias operam simultaneamente na constituição das experiências sociais.

Diferentemente de uma leitura aditiva – na qual as desigualdades seriam somadas –, a perspectiva interseccional evidencia que tais dimensões se entrelaçam de modo indissociável, produzindo formas específicas de vulnerabilidade. No caso das mulheres negras privadas de liberdade, não se trata de serem apenas mulheres ou apenas negras ou apenas pobres, mas de ocuparem uma posição social resultante da articulação dessas condições. Assim, o encarceramento feminino negro deve ser compreendido como expressão de uma estrutura social que racializa, generifica e classifica corpos de forma simultânea, produzindo trajetórias marcadas pela exclusão antes, durante e após o cárcere.

Cerneka (2009, p. 61) destaca que “A situação da mulher no cárcere não foi tratada de forma adequada às suas especificidades.”

Essa inadequação revela a necessidade de práticas pedagógicas que considerem:

- ✓ gênero;
- ✓ raça;
- ✓ condição socioeconômica.

A análise do encarceramento feminino exige, pois, a incorporação da interseccionalidade como ferramenta analítica central. Gênero, raça e classe não operam de forma isolada, mas se coproduzem na constituição das trajetórias sociais. O sistema prisional brasileiro evidencia essa sobreposição de opressões. O encarceramento de mulheres negras decorre de:

- ✓ Exclusão do mercado formal;
- ✓ Precarização do trabalho;
- ✓ Criminalização da pobreza;
- ✓ Seletividade penal.

Além disso, o próprio sistema de justiça opera sob lógica racializada, desde a abordagem policial até o sentenciamento (Germano; Monteiro; Liberato, 2018, p. 29). Isso resulta em maior incidência de penas privativas de liberdade para mulheres negras, mesmo em crimes de menor potencial ofensivo.

2.3 Educação, trabalho e reinserção social

A relação entre educação e trabalho no cárcere apresenta uma lacuna significativa. Embora haja incentivo a atividades

laborais, estas frequentemente não garantem continuidade no pós-cárcere. Isso revela a necessidade de uma educação concebida como estratégia de ruptura do ciclo de marginalização. Para isso, precisa articular:

- ✓ Formação crítica no cárcere;
- ✓ Qualificação profissional;
- ✓ Reconstrução identitária;
- ✓ Construção da autonomia;
- ✓ Fortalecimento de vínculos sociais;
- ✓ Inserção no mercado.

Sem essa integração, a educação tende a reproduzir a lógica de exclusão que pretende superar.

2.4 Política penal e encarceramento feminino

O crescimento do encarceramento feminino no Brasil não pode ser compreendido sem a análise das políticas penais que o sustentam, especialmente a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas). A ausência de critérios objetivos para diferenciar usuárias de traficantes contribui para a ampliação da seletividade penal, atingindo de forma desproporcional mulheres negras e pobres. Como evidenciam estudos recentes, como os de Borges (2021) e INFOPEN Mulheres (2018), a maioria dessas mulheres é presa por

envolvimento em atividades de baixo escalão no tráfico, frequentemente vinculadas à necessidade de sobrevivência econômica.

Esse cenário se insere no contexto mais amplo do encarceramento em massa, caracterizado pelo uso do sistema penal como mecanismo de controle social de populações historicamente marginalizadas. Assim, a seletividade penal não é um desvio, mas um elemento estruturante do sistema de justiça criminal brasileiro. Ao articular política de drogas, desigualdade social e racismo estrutural, evidencia-se que o cárcere opera como continuidade de processos de exclusão, e não como resposta isolada à criminalidade (Germano; Monteiro; Liberato, 2018).



3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

MÓDULO 1 – EDUCAÇÃO NO CÁRCERE: FUNDAMENTOS CRÍTICOS

Objetivo

Compreender o sistema prisional como espaço educativo contraditório.

Carga horária

8 horas

Conteúdos

- ✓ Direito à educação;
- ✓ sistema prisional brasileiro;
- ✓ políticas públicas.

ATIVIDADE 1 – ANÁLISE CRÍTICA DE DADOS

Objetivo da atividade:

Desenvolver a capacidade de leitura crítica de dados sociais e sua articulação com políticas educacionais.

Tempo estimado:

2 horas

Procedimentos:

1. Apresentação de dados sobre encarceramento e feminicídio;

2. Leitura orientada em pequenos grupos;
3. Identificação de padrões e tendências estruturais;
4. Elaboração de síntese crítica.

Questões norteadoras:

- ✓ O que explica o crescimento do encarceramento e do feminicídio de mulheres negras?
- ✓ Qual o papel da educação nesse cenário?
- ✓ Há políticas públicas suficientes?

Produto esperado:

Relatório analítico (1-2 páginas)

Crêterios de avaliação:

- ✓ Capacidade analítica;
- ✓ Articulação teórica;
- ✓ Clareza argumentativa.

MÓDULO 2 – MULHERES NO CÁRCERE: UMA LEITURA INTERSECCIONAL

Objetivo

Analisar as especificidades do encarceramento feminino.



ATIVIDADE 2 – ESTUDO DE CASO INTERPRETATIVO

Tempo:

3 horas

Procedimentos:

1. Apresentação de perfil socioeconômico das mulheres encarceradas;
2. Discussão em grupos;
3. Construção de mapa conceitual;

Tarefa:

Elaborar um diagnóstico contendo:

- ✓ Principais vulnerabilidades;
- ✓ Barreiras à reinserção;
- ✓ Demandas educacionais.

Produto:

Mapa conceitual + texto analítico

MÓDULO 3 – EDUCAÇÃO COMO RESSIGNIFICAÇÃO

Objetivo

Compreender a educação como prática de transformação.

ATIVIDADE 3 – PROJETO DE INTERVENÇÃO

Tempo:

4 horas

Procedimentos:

1. Análise de experiências exitosas (Pastoral Carcerária, cooperativas);
2. Identificação de práticas pedagógicas;
3. Elaboração de proposta;
4. Debate coletivo.

Elementos obrigatórios do projeto:

- ✓ Público-alvo;
- ✓ Objetivos;
- ✓ Metodologia;
- ✓ Avaliação.

Critérios:

- ✓ Coerência;
- ✓ Viabilidade;
- ✓ Fundamentação.

Produto:

Projeto estruturado completo.



MÓDULO 4 – REINSERÇÃO SOCIAL E FORMAÇÃO DOCENTE

Objetivo

Articular educação, trabalho e reinserção social.

ATIVIDADE 4 – SIMULAÇÃO PEDAGÓGICA

Tempo:

4 horas

Descrição:

Os participantes deverão simular um programa educacional para mulheres egressas.

Procedimentos:

- ✓ Simulação de políticas públicas;
- ✓ Integração de dimensões educacionais e sociais;
- ✓ Construção coletiva de propostas.

Componentes obrigatórios:

- ✓ Formação profissional;
- ✓ Suporte psicológico;
- ✓ Acompanhamento social.

Produto final:

Plano de intervenção detalhado de viabilidade social (5-8 páginas)

4. AVALIAÇÃO

A avaliação proposta neste Produto Educacional é concebida como um processo contínuo, formativo e reflexivo, orientado para a compreensão das aprendizagens construídas ao longo do percurso formativo. Afasta-se, portanto, de uma perspectiva classificatória ou meramente somativa, assumindo um caráter diagnóstico, processual e emancipatório.

No contexto amazônico e, particularmente, no Estado do Pará, essa realidade assume contornos ainda mais complexos, considerando as desigualdades territoriais, raciais e socioeconômicas historicamente constituídas. Estudos regionais indicam que a população carcerária feminina paraense é majoritariamente composta por mulheres negras, jovens e oriundas de contextos periféricos, reforçando a necessidade de políticas educacionais que considerem não apenas a condição de privação de liberdade, mas também as dimensões raciais e territoriais que atravessam essas trajetórias.

Essa concepção está alicerçada em duas bases teóricas centrais: na pedagogia histórico-crítica, em que a avaliação integra o movimento de síntese (catarse), conforme Saviani na perspectiva freireana, que compreende a avaliação como prática dialógica e crítica Freire (1996, p. 92) afirma que “Não há ensino sem pesquisa

e pesquisa sem ensino”, o que implica compreender a avaliação como momento de investigação sobre o próprio processo formativo.

4.1 Natureza da Avaliação

A avaliação assume três dimensões complementares:

a) Formativa

A avaliação ocorre ao longo de todo o processo, permitindo:

- ✓ Identificar avanços e dificuldades;
- ✓ Reorientar práticas pedagógicas;
- ✓ Favorecer a aprendizagem significativa.

Não se trata de verificar resultados finais, mas de acompanhar o desenvolvimento do sujeito.

b) Processual

A aprendizagem é compreendida como processo, e não como produto isolado. Assim, são considerados:

- ✓ Participação nas atividades;
- ✓ Evolução das produções escritas;
- ✓ Amadurecimento conceitual.

Essa dimensão impede leituras pontuais e reducionistas.

c) Qualitativa

A avaliação privilegia a qualidade das produções, considerando:

- ✓ Profundidade da análise;
- ✓ Articulação conceitual;
- ✓ Capacidade crítica.

Evita-se, portanto, a quantificação simplificada da aprendizagem.

4.2 Instrumentos Avaliativos

Os instrumentos foram selecionados de modo a contemplar diferentes dimensões da aprendizagem: cognitiva, crítica e propositiva.

a) Relatórios Analíticos

Descrição:

Produções escritas elaboradas ao longo das etapas de problematização e teorização.

Objetivo:

Avaliar a capacidade de:

- ✓ Leitura crítica da realidade;
- ✓ Apropriação teórica;
- ✓ Argumentação fundamentada.

Periodicidade:

Ao final dos módulos 1 e 2.

b) Projeto de Intervenção Pedagógica**Descrição:**

Elaboração de um projeto voltado à educação no cárcere ou à reinserção social de mulheres egressas.

Objetivo:

Avaliar: articulação teoria-prática; capacidade de planejamento pedagógico; viabilidade da proposta.

Característica:

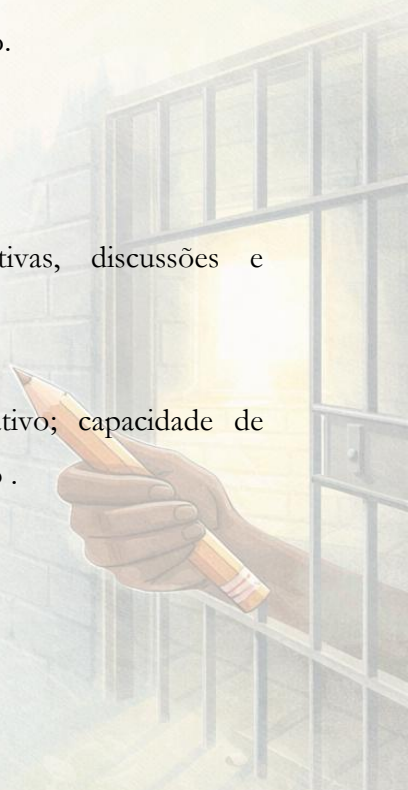
Produto central do processo avaliativo.

c) Participação Qualificada**Descrição:**

Engajamento nas atividades coletivas, discussões e produções colaborativas.

Objetivo:

Avaliar: envolvimento no processo formativo; capacidade de diálogo; construção coletiva do conhecimento .



d) Texto Reflexivo Final

Descrição:

Produção individual ao final do percurso formativo.

Objetivo:

Avaliar: síntese das aprendizagens; desenvolvimento da consciência crítica; posicionamento pedagógico.

4.3 Critérios Avaliativos

Os critérios foram definidos de modo a garantir coerência com os objetivos formativos e a fundamentação teórica do produto.

1. Consistência Teórica

Refere-se à capacidade de mobilizar conceitos de forma adequada e articulada.

Indicadores:

- ✓ Utilização correta de conceitos (educação emancipatória, ressocialização, interseccionalidade);
 - ✓ Diálogo com autores e referenciais.
- ausência de reducionismos ou generalizações



2. Articulação Teoria–Prática

Avalia a capacidade de relacionar referenciais teóricos com situações concretas.

Indicadores:

- ✓ Aplicação dos conceitos à realidade do cárcere;
- ✓ Coerência entre diagnóstico e proposta;
- ✓ Fundamentação das decisões pedagógicas.

3. Criatividade Pedagógica

Refere-se à capacidade de propor soluções inovadoras e contextualizadas.

Indicadores:

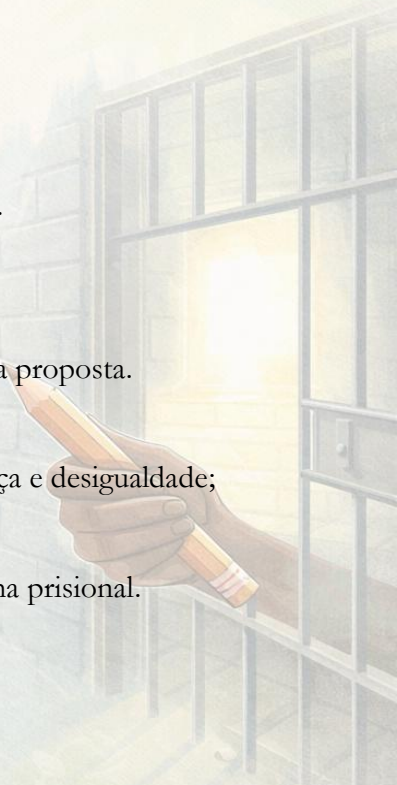
- ✓ Originalidade das propostas;
- ✓ Adequação ao público-alvo;
- ✓ Diversidade de estratégias pedagógicas.

4. Compromisso Social

Avalia o alinhamento ético e político da proposta.

Indicadores:

- ✓ Sensibilidade às questões de gênero, raça e desigualdade;
- ✓ Defesa da educação como direito;
- ✓ Perspectiva crítica em relação ao sistema prisional.



4.4 Rubrica Avaliativa

Critério	Nível Alto	Nível Médio	Nível Inicial
Consistência teórica	Mobiliza conceitos com profundidade e rigor	Apresenta conceitos corretos, porém pouco articulados	Uso superficial ou incorreto
Articulação teoria-prática	Integra teoria e realidade de forma consistente	Relação presente, mas pouco aprofundada	Relação frágil ou ausente
Criatividade pedagógica	Propostas inovadoras e contextualizadas	Propostas adequadas, mas pouco inovadoras	Propostas genéricas
Compromisso social	Forte posicionamento crítico e ético	Reconhece aspectos sociais, mas sem aprofundamento	Ausência de posicionamento

Fonte: A Autora.

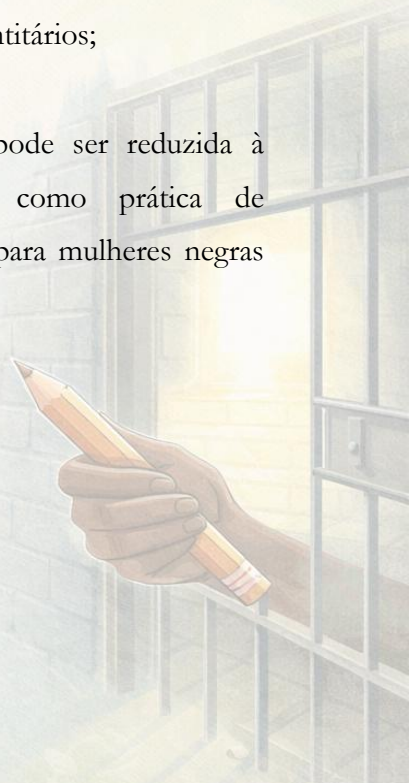
4.5 Sentido Formativo da Avaliação

A implementação de práticas pedagógicas no sistema prisional, especialmente no contexto feminino negro, exige abordagens que ultrapassem a dimensão instrumental da educação. Trata-se de reconhecer que as mulheres encarceradas carregam trajetórias marcadas por desigualdades estruturais, violência de gênero e racismo, o que demanda uma pedagogia situada, crítica e sensível às suas experiências.

Nesse sentido, as estratégias pedagógicas devem ser orientadas por três princípios fundamentais:

- (i) Reconhecimento das trajetórias de vida das estudantes;
- (ii) Valorização de saberes culturais e identitários;
- (iii) Construção de autonomia crítica.

A educação, nesse contexto, não pode ser reduzida à escolarização formal, mas deve atuar como prática de ressignificação da existência, especialmente para mulheres negras historicamente marginalizadas.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste Produto Educacional evidencia que o encarceramento feminino no Brasil não constitui um fenômeno isolado, mas expressão concreta de desigualdades estruturais historicamente produzidas. A sobrerrepresentação de mulheres negras tanto no sistema prisional quanto nas estatísticas de feminicídio revela a permanência de mecanismos de controle social que operam sobre esses corpos em diferentes esferas, articulando racismo, patriarcado e exclusão econômica.

Nesse cenário, a educação no cárcere emerge como espaço de disputa simbólica e material. Sua potência não reside apenas na transmissão de conteúdos, mas na capacidade de promover processos de conscientização, ressignificação e reconstrução de trajetórias. No entanto, para que cumpra esse papel, precisa estar alicerçada em uma perspectiva crítica, interseccional e contextualizada, capaz de dialogar com as experiências concretas das mulheres privadas de liberdade.

Por fim, reafirma-se que a transformação dessa realidade exige não apenas práticas pedagógicas inovadoras, mas também o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com justiça social, equidade racial e dignidade humana. A educação, nesse

contexto, não é solução isolada, mas parte de um projeto maior de enfrentamento das desigualdades e de construção de uma sociedade menos punitiva e mais inclusiva.



7. REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, Brêna Maria de Souza; TAVARES, Maria Creuza da Silva; ALVES, Márcia de Albuquerque. *Desafios da educação prisional no Brasil*. Cabedelo – PB: UNIESP, 2022.

ARAUJO, Maria Auxiliadora Maués de Lima; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha. O trabalho e a educação carcerária no estado do Pará. *Nova Revista Amazônica*. Vol. VII, Nº 01, p. 75-91, Abril 2019.

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. *Contextos Clínicos*, v. 5, n. 1, p. 52–61, 2012.

BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. *Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional*.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres*. Brasília: DEPEN, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139–167, 1989.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. São Paulo: Difel, 2018.

FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores. *Trabalho & Educação*, Vol. 32, N° 02, p. 86-100, Mai-Ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Retrato dos feminicídios no Brasil*. São Paulo: FBSP, 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLOTTO, Solange; MEDINA, Júlio Eduardo Damasceno. Incluir para reduzir: a educação como recurso no sistema prisional. *Revista Contemporânea*, 2023.

GERMANO, Idilva M P.; MONTEIRO, Rebeca A. F. G.; LIBERATO, Mariana T. C. Criminologia Crítica, Feminismo e Interseccionalidade na Abordagem do Aumento do Encarceramento Feminino. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*. V. 38. (núm. esp. 2), p. 27-43, 2018.

GIROUX, Henry A. *Teachers as intellectuals: toward a critical pedagogy of learning*. Westport: Bergin & Garvey, 1988.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. *Direito penal e desigualdade social*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Execução penal*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PARÁ. Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional do Pará. Belém: SEDUC/SEAP, 2025.

RODRIGUES, Amanda de Oliveira; BARBAI, Marcos Aurélio. Mulheres negras no sistema prisional: um gesto de leitura do encarceramento feminino. *Revista Rua*, Campinas, v. 31, n. 1, 2025.



Realização:



Núcleo de Estudos Afro-brasileiros | UEPA

Apoio:

